

06 ABR 1988

O disfarce da abulia

O Governo já esteve diante de outros momentos de impasse para a adoção de medidas fortes na economia. Na época do ministro João Sayad, medidas para desregulamentação da economia foram criadas pela Seplan, e entregues ao então assessor presidencial, João Paulo Rozenberg, para executá-las. Por falta de empenho, cobrança ou respaldo do gabinete presidencial, as medidas caíram no vazio.

Quando viajou à Venezuela, e o ministro já não era o Sr. Sayad, nem o Sr. Rozenberg, mas abrilhantava as tertúlias do Alvorada, o tímido professor Bresser ditava a cartilha, o Presidente lá mesmo de Caracas prometeu chegar ao Brasil com o decreto do enxugamento da máquina administrativa federal baixado, com altivez e coragem. O ministro Ronaldo Costa Couto chegou a ensinar uma data para as medidas, e deixava vaziar até mesmo uma área em potencial para serem deflagradas: a do abastecimento, onde os órgãos pululam, e a corrupção pula, nos seus matizes de importação de nada, porém, aconteceu. De tanta frustração de se saber enganado pelas promessas de mudanças, nas quais acreditava, o Sr. Jorge Murad despencou de sua crença em que alguma coisa mudaria de fato nesse Governo. Hoje, o Presidente se vê diante do mesmo dilema hamletiano de governar, ou não; interpretando a transição como um livro em que não deve caber ação administrativa mais crucial. Teria direito a assumir essa postura shakespeariana caso concordasse com duas premissas: 1) que a transição fosse a mais curta possível para

que, afinal, alguém cuidasse de administrar o País, o mais rápido possível; 2) não promettesse medidas, e com isso aguçando a curiosidade da Nação, e dividindo as opiniões de seus ministros. Claro que na cabeça do Presidente da República passam informações e injunções diversas, de grau, pressão e cor variáveis.

Quando o Presidente cria, por exemplo, um pregão para regulamentar a privatização — o programa federal de desburocratização começa por instituir mais um órgão burocrático, o Conselho Federal de Desburocratização. Quem garante que n-ao será o mais burocrático dos conselhos do Governo? Vão certamente começar por discutir os seus quadros, níveis de ganhos, diárias, regulamentação das sessões, para somente depois deter-se na privatização.

Quando ocorreram as primeiras falhas de vontade administrativa do Governo, na era Sayad e Rozenberg, não havia, como hoje, desculpas de que indefinição do mandato obrigavam o Governo a um ritmo de banho-maria. Na verdade, naquela quadra houve até mesmo uma certa febrilização intelectual que hoje não mais se denota dentro do Governo. Mas todo o empenho de realização não passou de uma desculpa para se chegar a um ponto que leva a coisa alguma: uma transição que, em nome da conciliação, pára a administração. E parando o Governo, pára o País. Se fosse o contrário todos nas ruas estariam aplaudindo o decreto que privatiza o Governo, o qual de resto ninguém leu, por não acreditar em mais um disfarce da abulia.